



UM TERRITÓRIO MARCADO PELA VIOLENCIA: O MASSACRE DE 1940 E A RESISTÊNCIA TERRITORIAL DOS INDIOS KRAHÔ NO NORDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS

A TERRITORY MARKED BY VIOLENCE: THE 1940 MASSACRE AND THE TERRITORIAL RESISTANCE OF THE KRAHÔ INDIANS IN THE NORTHEAST OF THE STATE OF TOCANTINS

UN TERRITORIO MARCADO POR LA VIOLENCIA: LA MASACRE DE 1940 Y LA RESISTENCIA TERRITORIAL DE LOS INDIOS KRAHÔ EN EL NORESTE DEL ESTADO DE TOCANTINS

Elizeu Ribeiro Lira – UFT – Porto Nacional – Tocantins – Brasil
liraelizeu@uft.edu.br

RESUMO

Este trabalho trata-se de um estudo baseado na materialidade histórica dos fatos, sobre a destruição dos territórios da nação indígena Krahô. Faz parte, também, de um conjunto de ensaios resultante dos debates entre alunos do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (Campus de Porto Nacional). Na busca por analisar os processos de violências contra os índios Krahô na defesa de seu território, verificou-se que o massacre de 1940 representa a centralidade da questão. As relações sociais estabelecidas entre indígenas e camponeses foram depreendidas a partir do acesso a arquivos e bibliografia sobre o assunto, além de trabalhos de campos. As relações conflituosas mantidas entre os Krahô e a frente de expansão Pastoral, sobre o consentimento do Estado e da Igreja, resultou na destruição do território tradicional (cosmologicamente infinito) no sul do Maranhão, e na demarcação de um novo território confinado, finito e descontínuo no município de Itacajá, Nordeste do estado do Tocantins.

Palavras chave: Território Krahô; aldeias Krahô; Povos indígenas.

ABSTRACT

This work is a study based on the historical materiality of the facts, about the destruction of the territories of the Krahô indigenous nation. It is also part of a set of essays resulting from debates between students of the Master's in Geography at the Federal University of Tocantins (Porto Nacional Campus). In the quest to analyze the processes of violence against the Krahô Indians in the defense of their territory, it was found that the 1940 massacre represents the centrality of the issue. The social relations established between indigenous people and peasants were inferred from access to archives and bibliography on the subject, in addition to field work. The conflicting relations maintained between the Krahô and the Pastoral expansion front, with the consent of the State and the Church, resulted in the destruction of the traditional territory (cosmologically infinite) in the south of Maranhão, and in the demarcation of a new confined, finite and discontinuous territory. in the municipality of Itacajá, Northeast of the state of Tocantins.

Key words: Krahô territory; Krahô villages; Indigenous people.

RESUMEN

Este trabajo es un estudio basado en la materialidad histórica de los hechos, sobre la destrucción de los territorios de la nación indígena Krahô. También forma parte de un conjunto de ensayos resultantes de debates entre estudiantes de la Maestría en Geografía de la Universidad Federal de Tocantins (Sede Porto Nacional). En la búsqueda de analizar los procesos de violencia contra los indios Krahô en la defensa de su territorio, se constató que la masacre de 1940 representa la centralidad de la cuestión. Las relaciones sociales establecidas entre indígenas y campesinos se infirieron del acceso a archivos y bibliografía sobre el tema, además del trabajo de campo. Las relaciones conflictivas mantenidas entre los Krahô y el Frente de Expansión Pastoral, con el consentimiento del Estado y de la Iglesia, resultaron en la destrucción del territorio tradicional (cosmológicamente infinito) en el sur de Maranhão, y en la demarcación de un nuevo territorio confinado, territorio finito y discontinuo en el municipio de Itacajá, noreste del estado de Tocantins.

Palabras clave: Territorio krahô; Pueblos krahô; Pueblos indígenas.

INTRODUÇÃO

Desde o período colonial brasileiro são registrados massacres contra povos indígenas em toda as partes do território nacional. Diversos são os exemplos apontados pelas ciências geohistóricas: foi o que ocorreu com os grupos indígenas pertencente a nação Timbira, que viviam no Sul do Maranhão; no início do séc. XX, foi noticiado o massacre dos Canela da aldeia Chinela 1913 em Barra do Corda (Centro/Sul do Maranhão); de 1910 a 1930, registrou-se a mesma forma de violência contra os índios Krahô e Xerente, no município de Pedro Afonso (GO), comandadas pelos coronéis e jagunços. O ciclo de violência, impunidade e injustiça contra os Timbira só vai tomar outros rumos após a o massacre dos Krahô em 1940, quando as denúncias sobre esse fatídico massacre tomaram maior visibilidade na imprensa nacional.

Os Índios Krahô conheceram a violência contra suas aldeias quando ainda era uma tribo poderosa com mais de três mil índios (MELATTI, 1974) e fazia ataques aos brancos do sul do Maranhão. Em 1809 o bandeirante e fazendeiro Manoel José da Assunção ordenou o ataque aos Krahô, produzindo mais de cem mortes entre eles (RIBEIRO, 1870). Assustados, esses indígenas recuaram e aceitaram a proteção do goiano Pinto Magalhães, que os aldeou em São Pedro de Alcântara, atual Carolina do Maranhão, prometendo protegê-los. No início do séc. XX (1913) souberam acerca do massacre dos Canela na Aldeia Chinela, nesse mesmo período (1910-1930), assistiram violências no município de Pedro Afonso, comandadas pelos coronéis e jagunços. Os indígenas, nesse contexto, foram assassinados e jogavam seus corpos nas águas do rio Tocantins.

A intervenção federal do governo Pedro Ludovico trouxe ordem e a presença do Estado para o rincão Goianos. Dessa forma findou-se os conflitos políticos, e a agropecuária começou se reorganizar: a propriedade volta a ser o eixo da economia do município de Pedro Afonso, devido o processo de reconstrução das fazendas de gado. As terras devolutas do distrito de Itacajá passaram a ser cobiçadas pelos fazendeiros, que almejavam aumentar suas criações. Porém nas terras devolutas daquele distrito habitavam por muitos anos os índios Krahô que tinham reconhecidos aquelas terras, quando ali chegaram no início do século XX, como seus territórios tradicionais. Os mais velhos relatavam que já tinham habitado aquela região antes dos brancos, durante o período das caçadas: prática que os Krahô faziam, deslocando a longas distâncias, a tribo inteira, para conseguir uma abundante caçada (COOK, 1909 *apud* MELATTI, 1963). Então é certo que estiveram morando e caçando naquelas terras do distrito de Itacajá, em tempos imemoriais.

Dessa forma este artigo tem como objetivo trazer a luz do debate na geografia do território, a questão da violência contra as nações indígenas brasileira e o ataque contra seus territórios, de maneira que a maior preocupação aqui é alertar a geohistória que diante de tanta diversidade temática, proponha sempre o tema da violência contra os povos indígenas na centralidade do debate geográfico, evitando assim um segundo genocídio, o do esquecimento acadêmico.

No intuito de compreender as relações sócio territorial estabelecidas entre indígenas fazendeiros, na região de Itacajá – TO, as quais tiveram como consequência a violência contra os primeiros, violência essa que atingiu em 1940 a extremidade da consciência humana, a ponto de chegar ao assassinato de muitos velhos, mulheres e crianças Kraho, todos indefesos e inocentes.

O nosso referencial teórico teve como base uma bibliografia específica, relatos de experiência, relatórios de campo, acesso a documentação, depreendidas a partir do acesso a arquivos históricos com ênfase ao arquivo Clara Galvão na sede da FUNAI em Brasília.

OS FAZENDEIROS DA REGIÃO DE ITACAJÁ E O TRÁGICO ROMPIMENTO DA FRÁGIL ALIANÇA TERRITORIAL COM OS KRAHÔ

A ocupação do atual território dos Krahô se iniciou com o convite do fazendeiro Agostinho Soares para construir suas aldeias perto de suas terras, a fazenda Ventura, em uma localidade denominada Jordão, hoje Fazenda Jordão. O objetivo de Agostinho Soares, em levar os índios para perto de sua fazenda, de acordo o imaginário regional, era para acabar com as onças que comiam seus rebanhos. Porém, levantamos que isso era uma farsa e que o principal objetivo de Soares era proteger seu rebanho dos Jagunços que roubavam gados das Fazendas de seus inimigos e vendiam nas feiras da Bahia. Com os indígenas do seu lado seria mais fácil proteger sua propriedade desses saques.

Assim os Krahô, no início do século, XX chegaram na região para construir suas primeiras aldeias. Ali, reiniciaram o processo de convivência entre os sertanejos, e foram mais de três décadas de aparente harmonia. De vez em quando essa convivência se tornava menos harmônica, em virtude de alguns roubos de gado. Segundo um velho morador de Itacajá, Agostinho Soares tinha um filho, Mundico Soares, que ameaçava constantemente os indígenas. Porém, o velho Agostinho sempre o reprimia e dizia que aqueles o gado apanhado não fazia falta, já que colaboravam com a proteção do rebanho (MELATTI, 1967).

Ainda segundo esse velho morador, com a morte de Agostinho Soares, seu filho Mundico Soares teve liberdade para tomar medida contra os Khraô. Unido a outro fazendeiro, José Santiago, do distrito de Piacá, arregimentou mais de cem jagunços e organizaram um massacre. Santiago, usando a estratégia do massacre dos Canelas no Maranhão, assegurava a seus associados que nada ia lhes acontecer, pois ele assumia tudo. Nesse contexto, o assassinato de indígenas não era considerado crime. Usando o mesmo artifício dos Arrudas do Maranhão, atraiu os índios da aldeia Cabeceira Grossa, dando-lhes uma rês para fazer uma festa. Com os índios assim todos reunidos ele os atacaria.

Os diversos assassinatos e por fim esse massacre total dos índios de uma aldeia de Canelas, praticado em Barra do corda (Maranhão) pelos Arrudas e comparsas ficou impune e serviu de estímulo ao massacre dos índios Craôs no município vizinho de Pedro Afonso, no Estado de Goiás (O RADICAL, 1941).

No dia primeiro de setembro de 1940, duas aldeias são simultaneamente atacadas: a Cabeceira Grossa foi atacada por José Santiago e seus Jagunços; e a Pedra Branca foi atacada por Mundico Soares e seus homens. Naquele primeiro de setembro negro, dezenas de vidas inocentes foram ceifadas dentre elas, velhos, crianças e mulheres. Veremos então alguns relatos sobre o massacre dos Krahô, sobre os quais, faremos comentários levantando alguns pontos ainda obscuros dessa tragédia.

Um dos documentos mais importantes sobre o massacre dos Krahô foi a carta que o missionário batista, Francisco Colares, escreveu ao coronel Fonseca Vasconcelos, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1940, denunciando o ataque que dois grupos bem armados fizeram a duas aldeias Krahô. A carta não é importante só pelos detalhes dramáticos de seu relato, mas por ter sido ele a pessoa que estava na área indígena Krahô no dia do ataque. Ele assistiu os feridos, ajudou a reunir os debandados e foi através de suas denúncias: um telegrama imediato e logo depois a carta ao Coronel Vasconcelos que as autoridades federais tomaram ciência dos fatos. Esses dois documentos apresentavam o Missionário preocupado com a impunidade, pois seguramente ele sabia do que aconteceu com os assassinos dos Canela no Maranhão.

Excmº Sr. Cel. Fonseca Vasconcelos: Cordiais Saudações.

Tem esta carta a triste finalidade de comunicar-vos que grupos bem armados e municiados atacaram o aldeamento dos índios Craôs madrugada de um domingo. Depois do ataque às aldeias, os grupos saíram em busca dos que escaparam ao ataque, mataram número superior a oitenta, na sua maioria crianças e velhos. Jamais vi tanta crueldade praticada contra pessoas indefesas. Sou natural do estado do Rio, fiz meu curso de humanidade no Colégio Baptista de Recife, vim em 1929 para as aldeias dos Craôs na capacidade de missionário evangélico. Dos índios tenho recebido cordial tratamento, é natural que no meio de perto 600 pessoas hajam alguns que destoam deste tratamento, não podemos por isso condenar um povo, uma raça ao seu desaparecimento. Os assassinos dos índios justificam os seus crimes, no furto que elas faziam em seus rebanhos bovinos, mas existe outro motivo também é a conquista da faixa de terra ocupada pelos índios, reputada a melhor desta região (Rio Manoel Alves Pequeno) para a pecuária e lavoura. De passagem devo adiantar que os índios foram roubados em todos os seus haveres em cereais que tinha em seus paiós foram inutilizados, a fome, a miséria o desassossego, são a nota dominante no meio de nossos silvícolas Craôs, atingindo a uma calamidade pública. Aqui em Pedro Afonso os índios contam contra si 99% da população, isto se explica porque quase a totalidade é de criadores. Em um ambiente desta natureza, tudo indica que os criminosos nada sofrerão existe mesmo quem propale que se tal acontecer qualquer um que defenda os índios neste momento está arriscando a ter o mesmo fim que os índios estão tendo. Aguardo confiante nas providencias das altas autoridades federais, a quem o caso deve ser entregue. Firma-se o vosso patrício e admirador (Asº) Francisco

Colares, Missionário Evangélico (Microfilme: Arq. Hist. Clara Galvão FUNAI, BSB, maio, 2001).

DOCUMENTOS E CONTRADIÇÕES EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE ÍNDIOS MORTOS NO MASSACRE DE 1940

Um outro documento importantíssimo sobre o massacre dos Krahô, que depois se converte em uma espécie da reinclusão dos Krahô na história Regional/Nacional, foi a carta que o General Rondon, na época presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, (CNPI), escreveu diretamente para o Presidente Getúlio Vargas, anunciando a denúncia feita pelo missionário Francisco Colares sobre a situação dos índios Krahô, e pedindo e opinando, para a tomada imediata de providência. Vejamos:

Avenida Graça Aranha, 15 – 4º andar. Nº 321 com anexo: (cópia de carta) (Reservado) 27 de setembro de 1940. Exmo. Snr. Getúlio Dorneles Vargas M.D. Presidente da República. Exmo. Snr. Presidente.

I – Mais uma vês hoje, após a expedição da carta que enderecei a V. Excia. Sob nº 317 de ontem, tentei novamente entrevistar-me com o Exmo. Snr. Ministro da Justiça, a quem desejaria dar á leitura a carta que junto a esta revelo a V. Excia., por cópia autêntica, com a qual o Missionário Evangélico FRANCISCO COLARES, expõe, com vivo colorido, o que foi o massacre dirigido contra os índios “Craôs”, no rio Manuel Alves Pequeno, no Município de Pedro Afonso, Estado de Goiaz. II – O meu espírito humanitário e o dever que me impõe a função com que V. Excia. me honrou, obrigar-me a insistir perante a autoridade suprema do meu País, no interesse de salvaguardar a propriedade, a liberdade e a própria vida dos nossos aborígenes. III – O monstruoso atentado que a carta do Missionário Colares denuncia e documenta, como tantos outros que a história registra, tenderá a repetir-se caso uma nova legislação ou uma providência especial não venha pôr combro de forma cabal e definitiva a cenas de semelhante selvageria. IV – Temos conhecimento do ponto de vista doutrinário em que se coloca o Exmo. Sr. Ministro da Justiça e, certamente, a objeção de S. Excia. tem raízes fundamentais que obrigam a repelir a proposta do Conselho Nacional de Proteção aos índios, para assimilar os casos de ataque aos índios àqueles crimes cujo julgamento está afeto ao Tribunal de Segurança Nacional. V – Em taes condições, relembro a V. Excia. a segunda parte da proposta constante do meu ofício nº 263 de 12 de setembro de 1940, endereçado ao Exmo. Snr. Ministro da Agricultura, acompanhado da ata da 4ª sessão deste Conselho, em que foi debatido o doloroso acontecimento – cópias estas, um e outra, entregues ao Snr. Chefe do Gabinete do Ministério da Justiça. Esta 2ª parte propõe a intervenção rápida da Polícia desta Capital, em diligência acompanhada por um funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, indicado pela respectiva Diretoria, com sede nesta mesma Capital. VI – Convicto de que V. Excia. tornará em toda a consideração o caso aqui exposto, apelo ainda para a autoridade de V. Excia., tendo em mente a sagrada memória do grande Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, a cujo espírito superior ocorreu desde 1821, interpor uma barreira contra todas as agressões sofridas pelos nossos irmãos indígenas. VII – Finalmente, ocorre-me ainda, na preocupação que me empolga o espírito, retornar a idéia aventada por V. Excia., por ocasião da audiência que me concedeu, afim de tratar do assunto

em foco, isto é, a de ser enviado desta Capital a Goiás um oficial do Exército, com os necessários poderes para dirigir ali um rigoroso inquérito, independente do que corre normalmente pela administração estadual; hipótese em que indicaria – se assim V. Excia. e o exmo. Snr. Ministro da Guerra o permitisse a nomeação do 1º tenente Ubirajara Brandão natural de Goiás pertencente ao 4º RI com sede em São Paulo”. (RODON, RJ, 1940. Carta: Microfilme, Arq. Clara Galvão, FUNAI, BSB, março 2003).

A imprensa nacional também toma conhecimento de mais um ato de violência destinado a acabar com os índios brasileiros, e o jornal O Radical, do Rio de Janeiro, que já tinha denunciado o massacre dos Canela no Maranhão, publica no dia 9 de novembro de 1941 uma reportagem de página inteira, intitulada “Vão Ser Soltos Os Assassinos dos Índios Craôs no Estado de Goiás” (O RADICAL, 1941), em defesa dos índios Krahô e contra a impunidade dos seus assassinos. Melatti (1967), em seu relato sobre o massacre, expõe de forma contundente o drama dos índios ante a violência e a covardia que os fazendeiros e seus jagunços fizeram, ao atacarem pessoas inocentes e indefesas no seio de suas aldeias.

Em 1940 duas aldeias Krahô foram atacadas no mesmo dia por dois fazendeiros da região. Um deles, maranhense, tinha por sogro um juiz de Pedro Afonso; o outro, goiano, pertencia à família que até então tinha mantido o mais forte laço e amizade com os índios. O objetivo do ataque era pôr termo aos constantes furtos de gado praticados pelos Krahô. O crime teria ficado impune se um missionário batista, Francisco Colares, não tivesse telegrafado para o Rio de Janeiro, dando parte do ocorrido ao Governo Federal. Segundo as informações de alguns Krahô, podemos calcular que morreram cerca de vinte e três (23) indígenas. (...). No processo de captura e julgamento dos culpados nota-se um choque ou, pelo menos, uma divergência de interesses entre as autoridades locais e as de fora, hierarquicamente superiores. Era intenção de estas julgarem os dois principais responsáveis, pelos menos, fora de Pedro Afonso. Um dos políticos locais, entretanto, procurou junto ao governo do Estado conseguir que eles permanecessem nesta cidade, o que foi obtido. Só depois disso, um dos fazendeiros, que ainda se achava foragido, recebeu aviso de seu sogro, juiz substituto de Pedro Afonso, que já era oportuno apresentar-se à polícia. E os resultados do primeiro julgamento bem mostram a atitude da população local para com os índios; os envolvidos foram todos absolvidos, no primeiro julgamento (MELATTI, 1967, p. 48,49).

Pastor Dondanin Pereira, hoje com noventa e dois anos de idade, que viveu entre os Krahô desde 1943, numa longa entrevista cedida ao autor, na cidade de Itacajá (TO) no ano de 2001 fala sobre o Massacre dos Krahô e seu envolvimento neste triste episódio,

Voltando um pouco atrás em 1º de setembro de 1940 os índios Krahô foram

massacrados por cerca de (50) homens chefiados por Zé Santiago e Mundico Soares. Mas agora acontece que nessa época eu estava morando no Rio, na Tijuca era estudante no colégio Batista, acontece que Colares mandou telegrama de Carolina, através de Joaquim Leão para as missões do Rio, um colega meu lá recebeu esse telegrama, ele trabalhava na missão nacional e abriu o telegrama me chamou e disse; “Dandonin você disse que ia trabalhar com os Krahô estão matando os índios Krahô”, eu disse pois bem me dá esse telegrama aqui, peguei o telegrama e disquei o telefone pro general Rondon e perguntei, como é general o senhor sabe que estão matando os índios Krahô lá em Goiás, ele disse não. Pois bem amanhã eu levo ai cópia do telegrama ao senhor, e ai eu levei a General Rondon em Copacabana, lá no Rio. Ele então criou uma comissão militar formada pelo capitão Mazolene, capitão Diniz, do Rio e o tenente Floriano de Goiânia, então essa comissão militar prendeu muitos civilizados que tinham entrada nesse massacre. José Santiago era dono da Fazenda São Francisco, onde os índios roubavam muito gado e Mundico Soares era dono da Fazenda Ventura, aqui bem próximo de Itacajá, onde os índios também roubavam muito gado. Então o Mundico Soares, querendo amedrontar os índios, ajuntou um grupo de pessoas, para fazer medo o índio, pro índio deixar de roubar o gado dele, mas é que quem acompanhava o Mundico Soares, não tava por isso, eles queriam era matar o índio mesmo. Então na cachoeira do Pernambuco, eles mataram dois índios que estavam trepados assim numas mangueiras e atiraram numa índia, que estava lavando um tatu lá na cachoeira do pernambucano, e então atiraram nessa índia mataram criança que estava em seus braços e feriram o braço dela, eu conheci essa índia com a cicatriz no braço dela. E acontece que na Cabeceira Grossa os índios foram atacados por José Santiago, mataram um índio cego rasgaram o ventre de uma índia grávida e posteriormente vindo conversar com eles o chefe índio, Luiz Balbino e disse para Santiago, “Santiago por que está matando o índio? Eu pago o prejuízo, eu tenho fazenda eu pago o roubo do índio” (Francisco Colares e Zacarias Campelo, Missionários Batista tinham dado uns gados aos índios e formaram uma fazenda lá em campo alegre eu conheci esta fazenda lá) e de maneira que então ai um pretão chegou por traz e disse: nós não viemos conversar com índio nós vimos matar índio e atirou com uma 16 nas costas de Balbino que caiu gritando: me mate, me mate e eles meteram o facão na cabeça dele e racharam. Quer dizer que morreram sete (7) índios nesse massacres e morreu também um branco, vaqueiro de Colares que também tinha se unido aos massacradores e entrou em choque com o índio Filipe, ele e o filho do pernambucano, Adão, pernambucano que eu conheci, e então ele, o índio Felipe descreveu como foi a luta deles, eles deram uma facãozada nas costas de Felipe, eu conheci a cicatriz do facão e o pegaram ele e ficaram lutando, ele então o que faz: rancou do facãozinho que tinha e sangrou o Domingos, matou o Domingo, o Adão ficou lutando com ele rolando pelo chão e então passando perto onde a espingarda do índio tava no chão, ele pegou a espingarda levantou um pouco e atirou no Adão, mas pegou na perna e ai ficou morto lá o Domingos e o Adão correu, né, eu conheci também o índio Felipe que matou¹” o vaqueiro do Colares. (Pr. DANDONIN PEREIRA, ITACAJÁ, 13/09/2001).

Nos trabalhos de campo, procuramos de maneira clara e sem trauma, entender para explicar as contradições encontradas por nós nos pouquíssimos documentos

encontrados sobre o massacre dos Krahô e na memória das pessoas entrevistadas – todos já com mais de sessenta anos. Tendo em vista que a tragédia aconteceu em 1940, alguns relatos pareceram confusos. Dois assuntos intrigaram nos cruzamentos dos dados: primeiro, o número de índios mortos no massacre e, segundo, sobre a prisão dos assassinos. O número de índios mortos no massacre tem se apresentado com uma preocupante diversidade e varia numa discrepância absurda, ao ponto de um narrador falar em sete (7) índios mortos e outros testemunharem que foram mortos mais de cem (100) índios. Porém outra questão a compreender, também, é entender o interesse de quem está divulgando esse ou aquele número de índios mortos.

O pastor Dandonin, que chegou na área indígena três anos depois do massacre e se envolveu com o episódio quando ainda morava no Rio de Janeiro, poderia fornecer números exatos, pois ele conheceu muitos índios que foram feridos pelos jagunços no dia do ataque. Porém, na entrevista percebe-se que já não condenara de maneira odiosa e/ou perplexa a ação dos fazendeiros contra os índios, pois depois de cinquenta (50) anos vivendo na região, muito aprendeu com a relação índio e sertanejo, além de ter conhecido José Santiago, e ter se tornado amigo de membros da família Mundico Soares. Quando lhe perguntamos “o senhor tem noção de quantos índios foram mortos no massacre de setembro?” Ele pensou um pouco, acomodou-se na cadeira de fibra e disse secamente; não menos que sete (7) índios, mas também não mais que dez (10).

A posição de Pastor Batista, professor, chefe de posto na aldeia Pedra Branca e Pahi indígena (cacique), que o Sr. Dandonin desenvolveu junto aos índios, durante muito tempo, nos fez entender que ele não queria tratar abertamente da real violência cometida aos Krahô pelos fazendeiros. Pois passa a idéia que a pressão sobre os índios ainda não acabou. Como de fato isso é verdade, e ele como está ali para pregar a paz, não se sente bem-estar trazendo à tona violências do passado. A carta do missionário Francisco Colares, enviada às autoridades no rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1940, é o documento mais importante, em todos os aspectos, envolvendo o massacre dos Krahô, inclusive em relação à quantidade de índios mortos. Não só por ser um documento escrito no calor do acontecimento, mas por ter seu escritor envolvido diretamente com o episódio, o Missionário Colares, como já citamos atrás, foi quem

atendeu os feridos, arrebanhou os debandados e se incumbia de denunciar os assassinos e proteger os índios de novos ataques.

Na referida carta, o missionário denuncia que foram assassinados mais de oitenta (80) índios, na sua maioria velhos e crianças. Já Mellati (1967) fala em vinte e três (23) índios mortos, não explica sua fonte, mas talvez tenha sido os próprios índios, quem sabe o até Cacique Penon, pois fala muito sobre o velho índio, em seus trabalhos sobre os Krahô. Em setembro de 2002 estivemos em Pedro Afonso levantando dados sobre o Frei Rafael de Taggia e sobre o assassinato dos índios. Nos interessava mais o segundo episódio, sendo o primeiro um pretexto. Não conseguimos nada no fórum de Pedro Afonso, e fomos informados por uma secretária que os processos da década de sessenta para traz tinha sido queimado. Porém, num golpe de sorte encontrei algumas informações, vindas da Sra. Clotilde Bandeira dos Santos, viúva do Cabo Baianinho, um dos militares da região que acompanhou as diligências do Coronel Diniz e do Capitão Mazolene.

Durante a pesquisa de campo, ouvimos muitas pessoas mencionarem o nome do Cabo Baianinho, como um dos policiais que ajudou prender os assassinos dos índios. Dona Clotilde relatou-me que, segundo seu esposo, foram mortos mais de cem (100) índios e que durante seis meses que, botou guarda na aldeia (Cabeceira Grossa): a noite ele armava sua rede bem alta para as mulheres, as crianças e velhos dormirem debaixo, todos com medo de outro ataque, o Cabo era obrigado a dormir com o fuzil dentro de sua rede, demonstrando assim estar preparado para defendê-los do inimigo. Serafim Krahô, velho líder da Aldeia Santa Cruz,

Sobre a dúvida levantada, acerca do número de índios assassinados, tomamos dois tipos de observações conclusivas: a primeira é que o Pastor Donanim, por ter se envolvido com os familiares dos assassinos, omitiu informações e talvez tenha me informado só sobre o ataque da aldeia Pedra Branca. A Segunda é, que todos os outros relatos aproximavam entre si, em relação ao número de índios mortos (de 80 a 100). Dessa forma entendemos que, pelas circunstâncias levantadas, não foram apenas vinte e três (23) e muito menos sete (7) índios mortos no massacre do Krahô de 1940, e também temos convicções que foram mais de oitenta (80). O que nos fez pensar assim,

não foi somente pelo tom de tragédia que o fenômeno ganhou, mas pelo grau de preocupação e as decisões tomadas pelo governo federal da época. Um fenômeno para ganhar a visibilidade e a compreensão das autoridades federais, não poderia ser um pequeno conflito entre fazendeiros, coisa corriqueira na região. Só uma tragédia, um assassinato de muitas pessoas inocentes, como foi o massacre dos Krahô, seria capaz de tomar a dimensão que tomou.

O PROCESSO DE PRISÃO E O APADRINHAMENTO POLÍTICO A FAVOR DOS ASSASSINOS DOS ÍNDIOS KRAHÔ NO JULGAMENTO DO MASSACRE DE 1940

A prisão dos assassinos dos Krahô se deveu às denúncias do Missionário Francisco Colares, que também pediu providências das autoridades federais para punir os assassinos e restabelecer a ordem em Itacajá, distrito onde estão localizados os Krahô, pois já pressentia um ambiente de impunidade. Vejamos um trecho de sua carta às autoridades federais:

Aqui em Pedro Afonso os índios contam contra si 90% da população, isto se explica porque quase a totalidade é de criadores. Em um ambiente desta natureza, tudo indica que os criminosos nada sofrerão existe mesmo quem propale se tal acontecer qualquer que defenda os índios neste momento está arriscando a ter o mesmo fim que os índios estão tendo (CARTA DE COLARES, 1940). (Microfilme: Arq. Hist. Clara Galvão FUNAI, BSB, maio, 2001).

As denúncias do Missionário Francisco Colares chegaram ao General Rondon na época presidente do CNPI, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, que imediatamente escreveu um documento ao presidente Getúlio Vargas, informando do crime sofrido pelos Krahô e orientando sobre as devidas providências a serem tomadas imediatamente. Vejamos um trecho desse documento:

VII. Finalmente, ocorre ainda, na preocupação que me empolga o espírito, retomar a idéia aventada por V. Exercia, por ocasião da audiência que me concedeu, a fim de tratar do assunto em foco, isto é, a de ser enviado desta capital a Goiás, um oficial do exército, com os necessários poderes para dirigir ali um rigoroso inquérito, independente do que corre normalmente pela administração estadual (GENERAL RODON, 1940).(Microfilme: Arq. Hist. Clara Galvão FUNAI, BSB, maio, 2001).

Assim foi indicado pelo General Rondon uma comissão militar para prender os acusados de terem massacrado os índios Krahô. Do Rio de Janeiro, foram destacados o Capitão Diniz e o Capitão Mazolene; da Cidade de Goiás, o tenente Floriano. Todos eram do exército. Esses militares requisitaram soldados da polícia estadual para efetuar as prisões dos acusados, e entre estes militares locais destacou-se o Cabo Baianinho, que botou guarda na aldeia cabeceira Grossa durante seis meses. A comissão militar prendeu mais de sessenta (60) pessoas, muitas das quais ficaram detidas na cadeia de Pedro Afonso. Pelas informações que colhemos, oralmente, o primeiro a ser preso foi o fazendeiro Mundico Soares, o mentor do ataque à aldeia Pedra Branca, ele foi preso com alguns dos seus jagunços dentre eles Raimundo Pinto, Adão e Bertulino, homens de sua confiança.

José Santiago, o organizador do atentado, não foi imediatamente preso. Do seu bando, foram presos todos envolvidos, dentre eles: os chefes de Jagunços Hilton Santiago, Zé do Marco e Ozório. José Santiago se entregou, quando o juiz substituto de Pedro Afonso, Cândido Torres, seu sogro, o avisou que já era oportuno se apresentar a polícia, pois o Dr. José de Souza Porto, político influente da região, tinha conseguido manter, junto ao governo estadual, o julgamento na comarca de Pedro Afonso, contrariando a comissão militar, que queria levar o julgamento dos dois principais responsáveis, pelo menos, para outra cidade. Assim como previa José Santiago, no primeiro julgamento, todos foram absolvidos. Vejamos a reportagem do jornal o radical a respeito:

Certos disso, que o processo seria desaforado(sic) para a comarca mais próxima: porém agora nos chega a notícia de que continuará por Pedro Afonso mesmo. Quer isso dizer que, conforme predisse José Santiago nada lhes acontecerá pelo tremendo crime que abalou a todo o Brasil (O RADICAL, 1941).

Reportagem como esta, colocando o caso na mídia da Capital do país, encorajou o promotor de justiça de Pedro Afonso, que recorreu da sentença, e num segundo julgamento os dois principais autores da chacina dos Krahô, os fazendeiros José Santiago e Mundico Soares foram condenados a uma pequena pena de sete anos de prisão. Para outros jagunços envolvidos, as penas variaram de dois a três anos de prisão. Segundo Dona Clotilde, viúva do Cabo Baianinho, Santiago e Mundico Soares não cumpriram mais

de dois anos de prisão. Quando em Pedro Afonso, me hospedei no Hotel dos viajantes, situado na esquina do lado direito da praça da matriz. O proprietário, morador na cidade desde a década de cinquenta, informou que ali era a antiga cadeia onde foram presos os assassinos dos Krahô. Porém, também disse que na esquina oposta, (a uns cem metros de distância, está localizado um casarão estilo colonial), era a residência de José Santiago.

Dessa forma, podemos observar que os dois fazendeiros tiveram uma prisão um tanto quanto confortável, justificando a proteção jurídica e política que receberam durante o desenrolar do inquérito policial e do processo judicial, a que foram envolvidos pelo crime que cometeram. Crime este que até os dias atuais está na memória dos índios Krahô, como o pior dia de sua história. Assim termina a saga dos Krahô como um povo andante, e recomeça outra história dos Krahô como um povo fixo, isto é, fixado em um território, um território descontínuo, um território demarcado, com limites determinados, um território confinado. Vejamos o que escreveu Oliveira a respeito:

Em nome do 'desenvolvimento com segurança' as nações indígenas foram sendo dizimadas, seus territórios invadidos, saqueados e os grupos indígenas violentados, 'cercado' e confinados em reservas e parques. A constituição do território capitalista no Brasil foi, portanto, produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Talvez estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos 'filhos do sol', (...) em busca da manutenção de seu território invadido (OLIVEIRA, 1997, p. 154).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi em função do Massacre de 1940, que desencadeou o processo de demarcação do território atual dos Krahô. O ato demarcatório de certa forma minimizou, mas não colocou fim completamente nos conflitos entre os Krahô e os fazendeiros criadores de gado da região. É nesse novo território demarcado pelo sangue de vítimas inocentes e confinados pelos limites legais do estado getulino, que os Krahôs iniciam um outro processo histórico de sua existência como nação indígena. E é nesse mesmo território finito, descontínuo, que eles tiveram que aceitar a noção, de limites territoriais; de direito e dever; de propriedade coletiva; de relacionar-se com o estado

(S.P.I./FUNAI), enfim, de se reorganizar culturalmente, cosmologicamente, economicamente e ecologicamente no novo território, limitado e limitante. A trajetória dos Krahô durante quase duzentos anos de contato, com uma sociedade diferente e antagônica foi e tem sido uma história de resistência cultural. Uma história de desejo de manter-se eternamente ligada aos seus antepassados.

Através de leitura e de acesso a fontes primárias (materiais consultados, arquivos) e fontes secundárias (bibliografia básica e específica) e dos trabalhos de campos (excursões às aldeias Krahô), foi possível analisar o episódio marcante para a história dos Krahô. É seguro afirmar que as relações conflituosas mantidas entre os Krahô e a frente de expansão Pastoril, sobre a convivência da igreja e consentimento do estado, resultou na destruição do território tradicional (cosmologicamente infinito) no sul do Maranhão, e na demarcação de um novo território confinado e descontínuo, no Nordeste do atual estado do Tocantins. Esse último, ocorre como resultado do processo de migração forçada dos Krahô nos sertões de Pedro Afonso (GO/ TO).

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Liv. Briguiet, 1930.
- ALENCASTRE, J. M. P. **Anais da Província de Goiás – 1863**. Brasília: Gráfica Ipiranga, S/D.
- ANDRADE, M.C. **A questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ARNAUD, E. **Aspectos da Legislação sobre os Índios do Brasil**. Mus. E. Goeldi, 1975.
- AUDRIN, J. M. **Entre sertanejos e índios do Norte**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1947
- BURCHEL, W. J. **O Brasil do Primeiro reinado visto pelo Botânico (1825/1829)**. Rio de Janeiro: Fund. Pró-memória, 1981.
- CABRAL, M. S. C. **Caminhos do Gado: Conquista e Ocupação do Maranhão**: SECMA, 1992.
- CHAIM, M. M. **Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás: Sua importância na política de Povoamento (1749-1811)**. Goiânia: Gráf. do Livro Goi., 1974.
- CHIARA, V. Folclore Krahô. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, p. 333-375, 1961/1962.

COLARES, F. **Bia – Amor e Dor**. Rio de Janeiro: Ed. Juerp, 1976.

CUNHA, M. C. **Antropologia do Brasil**: Mito, história, Etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Carta Topográfica de Itacajá**, Esc. 1:1000.000 Sec. Pla. Pres. da República, 1980.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência**: a questão política no Campo. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Global, 1977.

MEIRELES, C. **Memorial que faz Cildo Meireles**. Escriturário do SPI (Ministério da Agricultura) Brasília: FUNAI, 1949.

MELATTI, J. C. **Ritos de uma tribo Timbira**. Ensaios, 53, São Paulo: Ed. Ática, 1978

MELATTI, J. C. **Índios e criadores**: a situação dos Krahô na Área pastoril do Tocantins. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1967.

MELATTI, J. C. **Questões sobre a identidade Krahô**. Anuário Antropológico. Ed. UFC, 1984.

MELATTI, J. C. **Reflexões sobre algumas narrativas Krahô**. Brasília: FUB, 1974.

NIMUENDAJÚ, C. **The Eastern Timbira**. Berkeley; Los Angeles: University of California Publications in American Archeology and Ethnology, 1946.

NIMUENDAJÚ, C. **The Apinayé**. Washington, DC: The Catholic University of America Press, 1939.

O RADICAL. Vão ser soltos os assassinos dos índios Craôs no Estado de Goiás, 1941. BSB: Arq. Hist. Clara Galvão. Microfilme nº 00572

OLIVEIRA A.U. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense**: Grilagem Corrupção e Violência. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, Mimeo 1997

OLIVEIRA JUNIOR, E. M. **Culturas em Confronto**: Trajetória e redefinição do Espaço Krahô. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, A. R. **Sociedade indígena**. São Paulo: Ática, 1986

RIBEIRO, D. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.

RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização**. São Paulo: CIA das Letras, 1996.

RIBEIRO, F. P. Memória sobre as nações Gêntias que presentemente habitam o continente do Maranhão. **Rev. do Inst. Hist. Geog. Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 3, 1841.

RIBEIRO, F. P. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as Fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no ano de 1815 em serviço de S.M. fidelíssima. **Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1848.

RIBEIRO, F. P. Descrição do Território de pastos Bons, nos sertões do Maranhão. **Rev. do Inst. Hist. Geog. Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 41-86, 1874.

ROCHA, L. M. **O Estado e os Índios**: Goiás 1850-1889. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: FPA 2000.

TAGGIA, Rafael. Mapa Dos Índios Charaôs da Aldeia de Pedro Afonso ao Norte da Província de Goyaz. **Inst. Hist. Geog. Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1889.

Microfilmes: Arq. Hist. Clara Galvão FUNAI, BSB, acesso maio, 2001).

Elizeu Ribeiro Lira - Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. P. P. SP. (2004). Pós Doutor em Desenvolvimento Territorial pelo IPPUR/UFRJ. (2016) Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. P. P. SP (1995). Especialista em Educação Brasileira/ Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Goiás UFG (1992) Graduado em Geografia pelo Centro Universitário de Brasília (1987). Coordenador do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional. (2011 a 2014) Coordenador do Grupo de Pesquisa NURBA/UFT/CNPq (Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários). Diretor e membro do conselho editorial da Revista Produção Acadêmica impresso (ISSN-1809-2756 e Revista Produção Acadêmica II (on-line, 2448-2757); Revista do Laboratório de Geografia Agrária da USP (ISSN - 1808-1150); Campo Território (1809-6271); Tocantinense de Geografia (2317-9430); Atualmente é Professor Associado III no Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional -TO, Professor Permanente do Mestrado em Geografia na UFT campus de Porto Nacional -TO. Músico popular e crítico literário Possui experiência na área de Geografia humana, com ênfase em Geografia Agrária, Urbana, Regional e do Território, atuando principalmente nos seguintes temas: a questão agrária, ensino de geografia, movimentos sociais no campo e na cidade, território e territórios indígenas, cidade, produção do espaço urbano, e comunidades tradicionais.

Recebido para publicação em 28 de maio de 2023.

Aceito para publicação em 04 de agosto de 2023.

Publicado em 21 de agosto de 2023.